O PETROLEIRO

FNP
Federação Nacional dos Petroleiros
Fundada no dia 30 de maio de 2010 em Santos,SP

SINDIPETRO

[facebook.com/sindipetrolp] BOLETIM DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA - Julho de 2014 - # 91 [www.sindipetrolp.org.br]

::: FUNDO DE GREVE :::

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE A ASSEMBLEIA DA ABCP

No dia 24 de junho, foi realizada na sede do Sindipetro-LP, em Santos, e na sub-sede, em São Sebastião (por videoconferência), assembleia da ABCP (Associação Beneficente e Cultural dos Petroleiros) para tratar de um tema específico muito importante: a definição sobre o pagamento (ou não) da dívida de Eduardo Jenner Ozório, petroleiro da ativa, com o Fundo de Greve da categoria.

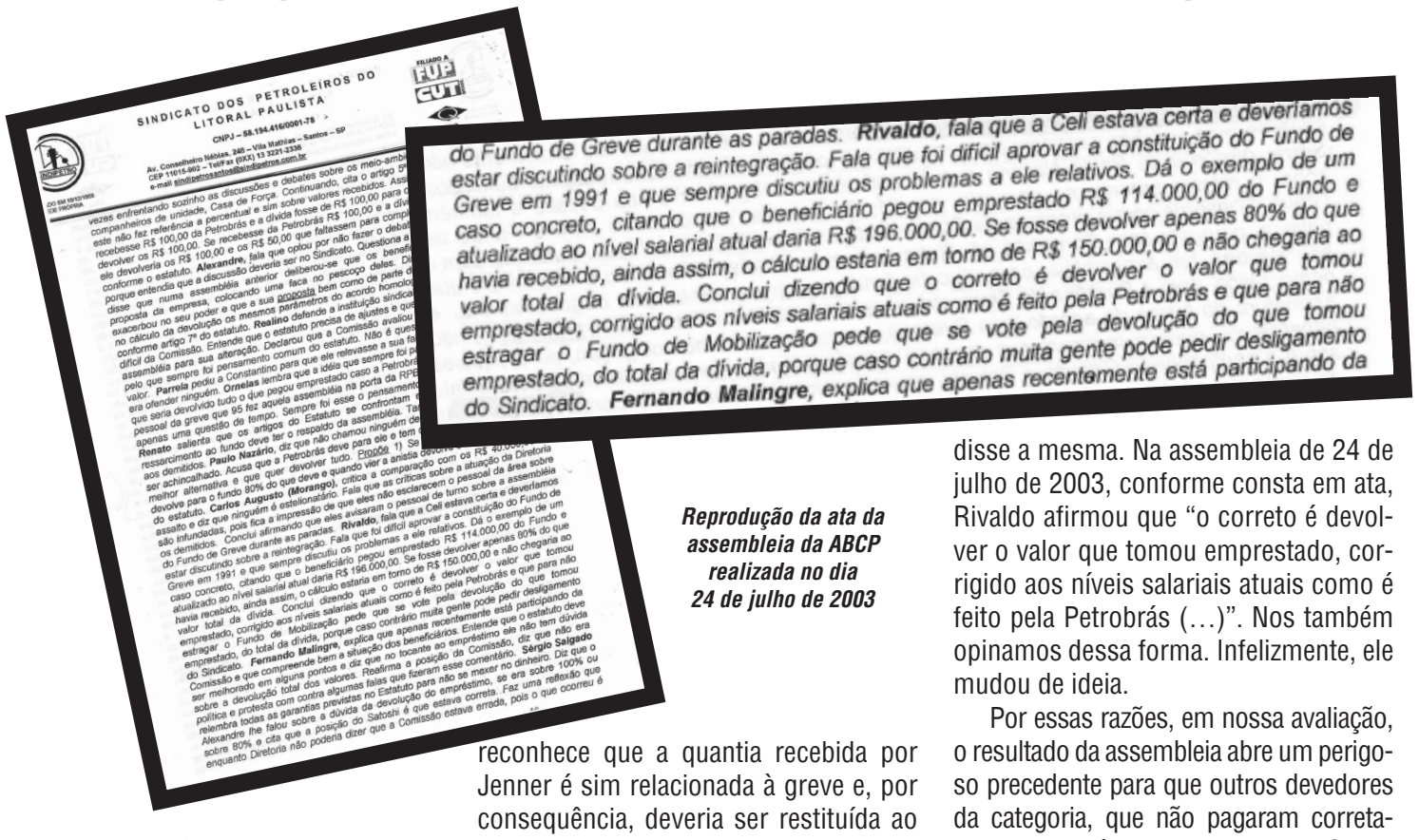
Para nossa surpresa, mesmo contrário ao Estatuto e com todas as evidências e arquivos documentais que atestam o débito desse petroleiro com a categoria (incluindo aí decisão judicial), os associados presentes, sob a liderança do aposentado Rivaldo Ramos que compôs a mesa, decidiram pelo perdão do débito, leia-se calote, do associado em questão. Ou seja, o dinheiro devido foi esquecido, perdoado.

Queremos, nesse texto, discutir com a categoria o significado da decisão que veio de encontro ao estatuto da ABCP e interesse a categoria, uma vez que o Fundo de Greve é um instrumento da categoria forjado na luta e construído com a contribuição financeira de cada associado e associada.

Em primeiro lugar, é importante destacar que durante a assembleia Jenner (até então considerado devedor) mentiu em sua defesa, com a conivência de seus pares. Fez acusações falsas, como a de que não foi notificado para se defender sobre o débito; que outros devedores não estão sendo cobrados pela mesma dívida; que o crédito recebido não corresponde à indenização de 20% não pago pela anistia.

Sobre a primeira acusação, é importante salientar que o Eduardo compareceu ao sindicato para se defender, antes de darmos entrada na ação, como foi documentado em ata em mais de uma ocasião.

Numa delas, aliás, em 3 de maio de 2010 (conforme comprova ata assinada por diversos diretores daquela gestão), ele esteve presente e ficou sabendo da decisão da diretoria de acioná-lo juridicamente, uma vez que ele insistia em negar a dívida. Nesta reunião, aliás, ele afirmou (conforme consta na ata) que "não se vê como devedor desse processo e qualquer ação particular que colocar contra empresa, a não ser que a empresa diga que seja por conta da anistia, nesse caso embora o sindicato nunca o tenha defendido, por obrigação moral vem ao sindicato devolver o dinheiro (grifo em negrito nosso)".


SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA

CNPJ – 58.194.416/0001-78

Av. Conselheiro Nébias, 245 – Vila Mathias – Santos – SP
CEP 11015-902 – Tel/Fax (0XX) 13 3221-2336
e-mail: sindipetrolitoral@sindipetro.com.br

FILIADO À FUP CUT

vezes enfrentando sozinho as discussões e debates sobre os meio-ambi companheiros de unidade, Casa de Força. Continuando, cita o artigo 5º este não faz referência a percentual e sim sobre valores recebidos. Ass recebesse R$ 100,00 da Petrobrás e a dívida fosse de R$ 100,00 e a dív devolver os R$ 100,00 e os R$ 50,00 que faltassem para compl ele devolveria os R$ 100,00 e os R$ 50,00 que optou por não fazer o debat conforme o estatuto. **Alexandre,** fala que foi difícil aprovar a constituição do Fundo de Greve em 1991 e que sempre discutiu os problemas a ele relativos. Dá o exemplo de um caso concreto, citando que o beneficiário pegou emprestado R$ 114.000,00 do Fundo e atualizado ao nível salarial atual daria R$ 196.000,00. Se fosse devolver apenas 80% do que havia recebido, ainda assim, o cálculo estaria em torno de R$ 150.000,00 e não chegaria ao valor total da dívida. Conclui dizendo que o correto é devolver o valor que tomou emprestado, corrigido aos níveis salariais atuais como é feito pela Petrobrás e que para não estragar o Fundo de Mobilização pede que se vote pela devolução do que tomou emprestado, do total da dívida, porque caso contrário muita gente pode pedir desligamento do Sindicato. **Fernando Malingre,** explica que apenas recentemente está participando da Comissão e que compreende bem a situação dos beneficiários. Entende que o estatuto deve ser melhorado em alguns pontos e diz que no tocante ao empréstimo ele não tem dúvida sobre a devolução total dos valores. Reafirma a posição da Comissão, diz que não era preciso e protesta com algumas falas que fizeram esse comentário. Faz uma reflexão ou relembra todas as garantias previstas no Estatuto para não se mexer no dinheiro. Diz que o Alexandre lhe falou sobre a dúvida da devolução do empréstimo, se era sobre 100% ou sobre 80% e cita que a posição do Satoshi é que estava correta. Faz uma reflexão ou enquanto Diretoria não poderia dizer que a Comissão estava errada, pois o que ocorreu é

do Fundo de Greve durante as paradas. **Rivaldo,** fala que a Celi estava certa e deveríamos estar discutindo sobre a reintegração. Fala que foi difícil aprovar a constituição do Fundo de Greve em 1991 e que sempre discutiu os problemas a ele relativos. Dá o exemplo de um caso concreto, citando que o beneficiário pegou emprestado R$ 114.000,00 do Fundo e atualizado ao nível salarial atual daria R$ 196.000,00. Se fosse devolver apenas 80% do que havia recebido, ainda assim, o cálculo estaria em torno de R$ 150.000,00 e não chegaria ao valor total da dívida. Conclui dizendo que o correto é devolver o valor que tomou emprestado, corrigido aos níveis salariais atuais como é feito pela Petrobrás e que para não estragar o Fundo de Mobilização pede que se vote pela devolução do que tomou emprestado, do total da dívida, porque caso contrário muita gente pode pedir desligamento do Sindicato. **Fernando Malingre,** explica que apenas recentemente está participando da

Reprodução da ata da assembleia da ABCP realizada no dia 24 de julho de 2003

Sobre a segunda acusação, informamos a categoria (inclusive por meio de nosso jornal impresso) a lista completa de devedores (16, no total) com seus respectivos números de processos. A lista está disponível no Sindicato para consulta de qualquer associado, inclusive de Jenner, que alega não ter outros petroleiros acionados judicialmente. Além da lista, a existência de ações judiciais pode ser confirmadas por meio de uma simples consulta no site dos tribunais. Em relação à terceira acusação, ela é refutada não apenas por nós, mas pela própria Justiça.

Na sentença sobre o caso, consta que "ante a superveniência de indenização trabalhista complementar, no ano de 2014, também decorrente do movimento paredista que resultou na demissão do réu, faz jus a autora à restituição do saldo remanescente…(grifos nossos em negrito). Ou seja, a própria justiça reconhece que a quantia recebida por Jenner é sim relacionada à greve e, por consequência, deveria ser restituída ao Fundo de Greve.

Em nossa opinião, o afastamento da categoria em relação ao sindicato e todas as suas atividades, até mesmo as mais importantes (como assembleias e congressos), facilita a tomada de decisões por uma minoria dos associados – neste caso específico, o grupo de aposentados que formou a oposição na última eleição do Sindipetro.

Com isso, a própria legitimidade da assembleia passa a ser uma legitimidade aparente, e não real, pois as discussões passaram muito longe do aspecto fundamental, indo de encontro ao próprio estatuto, se convertendo em uma decisão política. O que deveria ser a expressão máxima da vontade da maioria dos associados, expressou na verdade o desejo de uma parcela muito pequena dos associados que possui interesse em apoiar o "até então devedor" a candidatar-se para representação da categoria como diretor sindical.

A posição de Rivaldo Ramos, por exemplo, muito nos surpreendeu por sua incoerência e contradição. Se hoje diz que não deve ser cobrado, defendendo Jenner do pagamento integral da dívida, não custa nada lembrar a categoria e ele mesmo que em outros tempos não disse a mesma. Na assembleia de 24 de julho de 2003, conforme consta em ata, Rivaldo afirmou que "o correto é devolver o valor que tomou emprestado, corrigido aos níveis salariais atuais como é feito pela Petrobrás (…)". Nos também opinamos dessa forma. Infelizmente, ele mudou de ideia.

Por essas razões, em nossa avaliação, o resultado da assembleia abre um perigoso precedente para que outros devedores da categoria, que não pagaram corretamente a sua dívida com o Fundo de Greve, aproveitem essa brecha para pedir isenção do pagamento integral do dinheiro recebido durante o período em que estavam demitidos após a greve de 1995.

Para nós, a assembleia é um dos instrumentos mais democráticos da categoria. Mas queremos ampliar esse espaço. E isso se faz com a participação dos trabalhadores, com o protagonismo daqueles que construíram essa casa e um importante instrumento de defesa da categoria: o Fundo de Greve.

Aliás, lamentamos que a discussão não tenha chegado nem mesmo em uma pergunta, em uma reflexão que é para nós fundamental: é justo, é moral não devolver 100% do dinheiro recebido pelo esforço coletivo da categoria?

Neste sentido, o Sindipetro-LP deve realizar daqui 40 dias (data e horário ainda a confirmar) uma assembleia para debater a decisão tomada, durante assembleia da ABCP. Queremos que os trabalhadores tenham a oportunidade de debater, numa instância do Sindicato, os rumos e destinos do seu dinheiro. É preciso aprofundar o debate e envolver o maior número possível de trabalhadores para que a decisão seja, de fato,

PETROLINO meteBRONCA!

RPBC

Haja invenção de moda

Tem Chefe Inventor na RPBC, que burla procedimentos, assedia trabalhador e é adepto ao "bom e velho jeitinho" o que não contribui em nada com a política de segurança da empresa. Seu Gerente, pare de pedir colaboração desses cidadões e passe a exigir que se cumpra o procedimento. Caso contrário, não vou entender para que servem os Padrões Operacionais. Estamos de olho nessa situação!

EDISA

Terceirização da Petrobrás/Comércio Exterior

Não dá pra entender...Um setor estratégico de uma companhia multinacional como a nossa está sendo entregue de bandeja. Depois da manutenção da RPBC, os Serviços Portuários de Santos já a um ano uma empresa já atuando "lá dentro" e "querendo é mais". E se depender da administração da nossa empresa, ali só vai sobrar fiscal de contrato concursado. Perde a Petrobrás e perde a categoria.

ALEMOA

Medida Certa na Observ

A chefia da Observ anda chutando pau da barraca. A nova moda é que os vigilantes não podem mais fazer suas refeições no Restaurante da Alemoa e Pilões. E o pior, o vale refeição da rapaziada, que é de R$14, tá mais para vale coxinha. Como é que esses trabalhadores que enfrentam turnos de 12 horas vão poder se alimentar? E o pior é que SMES proíbe marmita. Será que tão achando que a rapaziada tá precisando participar do Medida Certa?

Tá tudo bagunçado

O pessoal da Observ alterou as cláusulas contratuais sem rescindir nenhum contrato de trabalho. O pessoal que trabalha nessa empresa terá que assinar um novo contrato com cláusulas que só beneficiam os chefetes. Para se ter uma ideia tem vigilante com 20 anos de casa, trabalhadas nas áreas da Transpetro (válvula de Merluza e Estação Guaratuba) que poderão ter que ir trabalhar em outros postos, sem que a empresa desembolse 10% de auxílio deslocamento. Além disso, cortaram o transporte até o topo da serra e o trabalhador que ocupar aquele posto terá que ir a pé. É muito para a minha cabeça. Esses caras deitam e rolam!

Que conta é essa?

Tô sabendo do caso de um Vigilante da Observ que teve que deslocar um pessoal das empreiteiras para a área do Adm. Só que nesse dia caiu um temporal danado e o cara, com a visibilidade prejudicada e o para brisas quebrado, acabou batendo o carro contra uma mureta. A conversa não para por ai…O veículo avariado é da Transpetro e diante disso, a terceirizada consertou o carro e resolveu cobrar a conta do funcionário. O coitado está desembolsando R$ 268,00 todo mês para quitar o R$ 8041,00 de "dívida". O Gerente do SA, está ciente de tudo isso, só que até agora não fez nada. Enquanto isso, a Observ continua ganhando contrato, utilizando veículos do POOL DA TRANSPETRO (deveria ter a própria frota) e o carro que foi batido em questão será ALIENADO segundo palavras do Gerente do SA, o que comprova que tava sem condição de uso.

Haja cara de pau

A Observ que vive aprontando agora tem dois contratos. Não sei o que o dono dessa empresa faz, mas o cara garfou a segurança patrimonial e manutenção predial. Haja cara de pau de quem aceita essa firma que só sabe aprontar!

Deixa sair!

Tem companheiro insatisfeito por trabalhar no SA da Alemoa. Eu acho assim, não ta feliz pede para mudar. Só que a rapaziada fez isso, mas o gerente e o coordenador disseram que não. Os caras resolveram que não vão autorizar. Haja autoritarismo!

Tá sujo e mau lavado

A HLC Transporte deve ter como garoto propagando o Cascão porque o pessoal de lá não sabe passar uma água nos micro-ônibus. A frota tá suja e amassada faz tempo. Tem dois anos que a conversa é de que eles serão substituídos e até agora nada. Quero saber como o pessoal da Fiscalização permite que esses veículos transportem os trabalhadores e que portem placas da Transpetro. O pior de tudo é corre a boca pequena que essa terceirizada pertence a uma velha conhecida nossa, a EasyCar. É osso!

Você tem fome de que?

A coisa anda feia no que diz respeito ao rango do pessoal das terceirizadas em Pilões e na Alemoa. Tô achando que vou ter que indicar um disk marmita para a rapaziada!

Quem autorizou?

A Mazini que anda prestando serviços de mão de obra adm e técnico, até ai tudo normal. Só que a empresa até agora tá trabalhando sem contrato assinado. Eu quero saber como é que os trabalhadores foram liberados para entrar no Terminal. Cadê o tal do ISPS CODE?

MERLUZA

Tá literalmente duro de aguentar

A rapaziada de Merluza anda pra lá de insatisfeita com os colchões e travesseiros que compraram. O colchão é duro e os travesseiros são revestidos com plástico. Tá todo mundo reclamando de dor no pescoço e nas costas além de noites em claro. O Sindicato já acionou a empresa, mas as reclamações continuam. Vamos respeitar a NR-24 e NR-17. O pessoal quando tá descansado rende melhor. Essa situação tá literalmente dura de aguentar!

::: RSR :::

HISTÓRICO E ESCLARECIMENTOS SOBRE A AÇÃO

Por José Henrique Coelho – assessor jurídico do Sindipetro-LP

Em 2005, o Sindipetro-NF ingressou com uma ação na Justiça informando que a Petrobrás remunerava os reflexos das horas extras nos RSR´s de forma errada.

A ação foi vitoriosa e o juiz a recebeu como Ação Civil Pública, estendendo seus efeitos para todos os petroleiros do Brasil. Com isso, informou que todos os petroleiros (nacionalmente) deveriam executar (cobrar) os valores devidos nos seus próprios domicílios. Ou seja, quem trabalha na base do Sindipetro-LP, por exemplo, deveria promover seus cálculos por aqui.

Os valores são devidos a partir de abril de 2000, pois a ação foi proposta em 2005, sendo retroativa aos últimos cinco anos, alcançando também todos os posteriores.

Outra situação importante é que somente pode se beneficiar desta ação de execução a partir de 2000 aquele que entrar com a ação até abril de 2014.

Esta ação foi encerrada, consolidando este direito em nível nacional. Para ser atacada, somente por outra ação na Justiça – chamada de Ação Rescisória, ou por Mandado de Segurança.

A empresa entrou com Ação Rescisória em Brasília (TST) pretendendo que a execução e cálculos fossem efetuados somente em favor dos associados no Sindipetro-NF e não em favor de todos os petroleiros – como determinou a ação principal. A empresa foi derrotada, permanecendo o entendimento de que a decisão atinge todos os petroleiros – independentemente da região em que trabalham.

Considerando a proximidade do prazo e a necessidade de serem efetuados os cálculos, passamos a monitorar a Ação Rescisória para verificar se existiria alguma alteração no entendimento – o que não tinha ocorrido até então.

No entanto, no dia 07/02, fomos surpreendidos com uma decisão liminar – em um Mandado de Segurança ajuizado pela Petrobrás – determinando que a decisão somente deveria ser executada neste momento pelos trabalhadores do Sindipetro Norte Fluminense.

Dos problemas na execução

O Sindipetro NF, quando fez a ação, indicou jornada errada para os petroleiros do trabalho administrativo (5×1) e também para o pessoal de turno (3×1). O correto seria 5×2 e 3×2. Ou seja, em sua ação o Sindipetro-NF pediu que os reflexos de horas extras nos RSR´s fosse de 20% para o administrativo e de 33% para o turno. Porém, o correto seria o dobro; 40% para o administrativo e 66,67% para o turno.

Em audiência realizada no Tribunal Regional do Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 2013, os desembargadores Cesar Marques e Glória Regina (na mesma linha da Petrobrás) entenderam que os cálculos devem ser efetuados da forma que o Sindipetro NF pediu em 2005 (ainda que de forma errada). A alegação é de que a empresa não pode ser penalizada pelo erro do Sindipetro-NF.

Com a decisão liminar do Mandado de Segurança não é possível entrar com as ações de execução; elas seriam extintas podendo, inclusive, o Juiz até considerar os autores litigantes de má-fé.

Da atuação do Sindipetro-LP

Tão logo o Sindipetro foi surpreendido com a liminar no Mandado de Segurança, seu Departamento Jurídico ingressou no processo como terceiro interessado, informando que todos os Sindipetros deveriam ser notificados para integrarem o processo.

Afinal, o único intimado foi o Sindipetro NF – por coincidência justamente o único sindicato que não tem interesse no Mandado de Segurança, pois o direito aos petroleiros de sua base está garantido. O pedido do mandado é para limitar a cobrança do RSR´s em outras bases. Ou seja, o Mandado de Segurança não atinge a categoria do Norte Fluminense e, por isso, os demais sindipetros é que deveriam ser notificados.

O Sindipetro está entrando com ação para interromper o prazo prescricional para a execução do RSR´S. Ou seja, caso a decisão final do Mandado de Segurança seja favorável aos Sindipetros após o prazo estipulado inicialmente (abril de 2014), seria possível não ser prejudicado pelo prazo fixado na ação principal, entrando com a ação posteriormente.

Considerando que houve indicação errada dos RSR's na ação do Sindipetro-NF, o Sindipetro-LP ajuizou ação indicando o turno correto de 3×2 para o turno, 5×2 para o administrativo, e de 14×21 nas plataformas.

Diferente do que vem sendo dito na rádio-peão, os petroleiros que já entregaram os documentos para execução da ação: continuem aguardando o desfecho do Mandado de Segurança. Caso prefiram, podem continuar entrando em contato com o Departamento Jurídico do Sindipetro-LP (até mesmo por e-mail) para mais informações e, também, para autorizar o Sindicato a entrar com ação (grupos de 10) de conhecimento. Nesta ação, já serão indicadas as jornadas corretas, pois a execução teria de obedecer o julgado que indicou jornada errada.

::: JURÍDICO :::

AÇÃO DE RMNR É UMA REALIDADE PARA OS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA

Diferente do que vem sendo ventilado dentro das unidades da Petrobrás do Litoral Paulista, as ações de RMNR são uma realidade nas bases do Sindipetro-LP. Por entendimento dos advogados do nosso Departamento, a RMNR dos trabalhadores da ativa passou por critérios de aferição ilegais, por deduzirem os adicionais de referida verba, logo após o surgimento da mesma.

O Sindicato vem divulgando através dos boletins, site e e-mails informações para que os associados procurem o nosso Departamento Jurídico para promoverem ações visando o recalculo dos valores. O que é certo é que diversas ações foram ajuizadas e a grande maioria aguarda decisão dos tribunais, sendo que aproximadamente 15 ações plurimas, promovidas através do Sindicato, já foram apreciadas pelo TST, última instância da justiça do trabalho e todos foram julgados procedentes dando ganho de causa para os nossos associados, já existindo processos em fase de cálculo.

Vale ressaltar que, antes que o Pleno do TST tivesse apreciado a matéria, o nosso advogado Dr. José Henrique Coelho, juntamente com outros advogados de Sindicatos ligados a FNP, visitou os ministros do TST para esclarecer a revindicação através de suscitadas ações, sendo que somente nos momentos posteriores, com novos julgamentos, passou a se ter pelo tribunal entendimento majoritário em favor dos empregados, evidenciando que o Sindipetro LP sempre esteve a frente em referida questão e teve participação significativa para os resultados obtidos.

É importante salientar que, para dar maior cobertura aos seus associados, a nossa entidade também promoveu ações visando representar toda categoria face à Petrobras e Transpetro, com mesmo objeto e ambas aguardam julgamento.

Recentemente, muitas dúvidas têm surgido quanto ao assunto por conta de ação promovida pelo Sindipetro de Minas Gerais, que teve também decisão favorável no TST, encontrando-se a mesma com Embargos proposto pela Petrobrás. As dúvidas seriam principalmente relacionadas às medidas adotadas pelo Sindipetro LP para obtenção do recálculo da RMNR, e como referido acima, o sindicato, desde o surgimento da verba, vem batalhando para garantir o recalculo da RMNR com êxito na totalidade das ações que foram julgadas pelo TST.

O Departamento Jurídico aconselha ainda que os associados procurem orientação na nossa sede e sub-sede para o ingresso das ações.

Com informações do Departamento Jurídico do Sindipetro-LP

::: CAMPOS DE LIBRA :::

COM ANÚNCIO DE NOVOS LEILÕES, DOCUMENTÁRIO REAFIRMA LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

O anúncio feito pela ANP de novos leilões de campos de petróleo e gás natural do pré-sal, programados para 2015, coloca na ordem do dia a manutenção da luta dos movimentos sociais e dos sindipetros da FNP contra a privatização de um dos maiores patrimônios do país.

Neste sentido, ganha fundamental importância a recente divulgação do documentário "Caminho Soberano" (http://www.youtube.com/watch?v=_QwFEasuPuM), produzido pela AEPET. O vídeo mostra, em cerca de 49 minutos de entrevistas, a opinião de especialistas, engenheiros, economistas, sindicalistas e políticos, sobre os motivos pelos quais os leilões, promovidos pelo governo federal em 2013, vão contra a soberania do país e a bandeira por uma Petrobrás 100% Estatal e Pública – a serviço do povo brasileiro.

Ademir Gomes Parrela, diretor do Sindipetro LP, e secretário geral da FNP, também participa do documentário. "Gastamos milhões de dólares para explorar, para pesquisar e para descobrir esse petróleo. Achamos o petróleo. A Petrobrás foi e gastou o dinheiro do povo brasileiro. O povo ajudou a Petrobrás ir lá no pré-sal, descobrir uma das maiores reservas mundiais que nós temos. Agora que sabemos e que falta sugar esse petróleo, vem alguém e diz que a Petrobrás não têm condições de explorar sozinha, ela não tem a reserva, mas o governo brasileiro tem. O que precisamos é organização, que não tem".

Ildo Sauer, ex-diretor executivo da Petrobrás e atual professor e Diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, é um dos entrevistados e defende que os problemas encontrados na educação, saúde, moradia entre outros direitos sociais, seriam resolvidos se custeados pelo pré-sal. "O governo tem dito que não consegue resgatar estes direitos por falta de dinheiro. Os números mostrados aqui (sic), de ter um excedente econômico de R$ 400 bilhões, até R$ 2 trilhões por ano, mostra que potencialmente o pré-sal pode permitir gerar essa riqueza, mas tem que organizar".

No próximo leilão, áreas em mar e em terra devem ser disputadas novamente por grandes multinacionais. Segundo a ANP está sendo estudada a margem leste, que vai do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, e também a fronteira terrestre com vistas ao gás natural. Há também o estudo de bacias maduras que devem ser destinadas a pequenas e médias empresas.

Lançado após o leilão do campo de Libra, "Caminho Soberano" demonstra que, com exceção de em anos eleitorais, quando o povo é chamada a se posicionar e discutir política, a população está a margem das principais decisões que interferem direta e decisivamente suas vidas. A entrega do petróleo brasileiro ao capital estrangeiro é, certamente, um grande exemplo.

Prova dos desmandos do governo, o documentário mostra ainda os protestos feitos por sindicalistas e ativistas, contrários à venda do pré-sal – sacramentada no Hotel Windsor, na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio.

Na ocasião, pelo menos cinco pessoas foram atingidas por tiros de bala de borracha, após o protesto ser duramente reprimido por tropas federais, compostas por cerca de 1,1 mil homens, entre Exército, Força Nacional, polícias Federal, Rodoviária Federal, Militar e Civil, Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal. Um enorme contingente, chamado pelo Governo Federal, para garantir um dos maiores crimes de lesa-pátria já visto no país.

Já curtiu a nossa página no FACEBOOK?

::: ACESSE ::: facebook.com/sindipetrolp

::: RSR :::

NA BRIGA DE VERSÕES SOBRE A PRODUTIVIDADE DA PETROBRÁS, CATEGORIA É QUEM PERDE

Quase todos os dias a imprensa inunda o noticiário com informações depreciativas sobre a Petrobrás. Sabemos que por trás dessas reportagens existe o interesse velado de defender a privatização da companhia. Afinal, esse sempre foi o desejo histórico da grande mídia.

Recentemente, o Estadão publicou matéria sob o título 'Petrobrás está sob pressão para elevar produção' na qual sugere uma crise na empresa por não apresentar condições de atingir sua meta de produtividade. "A meta repetida como um mantra da empresa é crescer 7,5% neste ano. Passado cinco meses, contudo, a média não passa de 0,1% no período", informa o texto, que curiosamente apresenta como principal fonte o consultor da candidatura de Aécio Neves (PSDB), Adriano Pires.

Em contrapartida, a Petrobrás apresenta números positivos, com recordes e crescimento na produção. Em resposta ao jornal, no blog Fatos e Dados, a empresa afirma que "está mantida a meta de produção de petróleo para este ano estabelecida em seu atual Plano de Negócios e Gestão (…) A reportagem ignora o fato de que as plataformas que entraram em operação este ano e no ano passado irão atingir, nos próximos meses, elevados índices de produção, à medida que novos poços produtores forem interligados. Há, ainda, três novas unidades produtoras que vão entrar em operação em 2014, garantindo o crescimento sustentável da produção".

Essa não é a primeira vez e, provavelmente, não será a última em que imprensa e empresa apresentam números e avaliações distintas sobre um mesmo fato – a polêmica em torno da produtividade expressa essas diferenças.

Nesse "leva e traz" de informações, o mercado, com seu "mau humor" rotineiro, tem rebaixado os valores das ações da Petrobrás e faz pressão sobre a estatal por números econômicos mais expressivos. Pressionada, a direção da empresa por sua vez cobra do petroleiro uma extenuante jornada de trabalho – acompanhada da redução do quadro mínimo e aumento de horas extras e dobras. Os trabalhadores terceirizados, sem treinamentos e condições de trabalho adequados, são os que mais sofrem com frequentes acidentes.

Categoria no fogo cruzado

Mais do que buscar com quem está a verdade sobre os números de produtividade, a principal reflexão que cabe aos petroleiros é: para quem vai os lucros obtidos com os recordes? Quem são os beneficiados? A verdade é que, independentemente das metas atingidas, o trabalhador sempre sai perdendo.

Basta notar que a produtividade não vem sendo revertida em valorização salarial, melhoria nas condições de trabalho e, muito menos, na aplicação de investimentos sociais no país – medidas que, certamente, seriam possíveis em uma empresa de fato estatal.

Evidentemente, é mais do que legítimo que todo petroleiro se orgulhe de trabalhar na maior empresa do país e de ser o responsável por aumentar a produtividade da companhia. No entanto, de nada vale para a classe trabalhadora recordes e mais recordes se eles estão a serviço do "bom humor" do mercado. Ou seja, a serviço dos grandes acionistas e especuladores.

Para nós, não é coincidência os 17 anos sem aumento real, a queda no valor da PLR e a sensação cada vez maior de insegurança nas unidades de produção. É uma resposta da empresa e do governo federal às sucessivas exigências do mercado e da imprensa por mais produção, por mais lucro – custe o que custar.

Por que lutar por uma Petrobrás 100% Estatal

Em nossa opinião, nada disso mudará sem a aplicação de nossa bandeira histórica por uma Petrobrás 100% Estatal e Pública, a serviço do povo brasileiro. Desde a quebra do monopólio da estatal, em 1997, feita pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a Petrobrás passou a ter suas ações negociadas na bolsa de Nova Iorque e rezar a cartilha do mercado.

Hoje, o preço do petróleo sobe e desce ao ritmo da vontade das "big oil", que em busca de lucros exorbitantes desrespeitam as regras do próprio mercado. Entre outros fatores esse aumento provoca encarecimento do frete do transporte e de produtos como alimentos, o que colabora com a inflação, que recai diretamente no bolso do trabalhador. Uma Petrobrás estatal, por exemplo, poderia baratear o transporte, o gás de cozinha e até mesmo os alimentos se a produção estivesse de fato nas mãos do Estado, uma vez que os preços dos derivados estariam sob o controle do Governo Federal e não das regras do mercado financeiro.

Muitos trabalhadores poderiam nos contrariar, dizendo: "mas a Petrobrás é controlada pelo Governo!". No entanto, essa é uma meia verdade porque este "controle" é exercido para (e em nome) do capital internacional. Mais de 60% das ações da empresa estão em mãos privadas, sendo que cerca de 40% estão diretamente nas mãos do capital estrangeiro.

Diante desses números, não é difícil descobrir para quem é revertida a produtividade da empresa. Isso explica, por exemplo, a insistência da imprensa em exigir cada vez mais produção. Quanto maior a produção, maior o lucro dos acionistas e menores os benefícios à categoria e ao povo brasileiro.

Sendo responsável pela produção da empresa, o petroleiro deveria ser ouvido pela companhia e opinar em suas decisões, inclusive sendo parte ativa dos seus planos estratégicos. Hoje, a realidade é que o trabalhador tem como única função gerar lucro para os acionistas.

Enquanto o Governo Federal mantiver a política de privatização velada da Petrobrás, não só os trabalhadores serão prejudicados, mas principalmente o país. A empresa que hoje é responsável por financiar mais da metade das obras do PAC teria totais condições de contribuir decisivamente para o resgate da soberania nacional com a aplicação da riqueza do petróleo naquilo que é essencial para o povo brasileiro: saúde, educação, moradia e transporte públicos e de qualidade.

FALE COM OS DIRETORES

DIRETORES LIBERADOS (Base Santos)
Ademir Gomes ***PARRELA:*** *(13) 99164.3441*
João ***MARCOS*** *(13) 99137.9972*
CÉSAR Caetano *(13) 99164.8330*
PAULO *Gilberto de Almeida (13) 99138.0453*

DIRETORES LIBERADOS (Base São Sebastião)
VALDEMAR *Barbosa do Amaral (12) 99106.0521*
Luiz Carlos ***ALMEIDA*** *(13) 99719.9627*

FALE TAMBÉM COM OS DIRETORES DE SUA BASE!
ACESSE O NOSSO SITE! Lá, você encontrará a lista completa de celulares
LINK DIRETO: http://tinyurl.com/atp8v42

EXPEDIENTE O Petroleiro
Sede: Av. Conselheiro Nébias, 248, Santos - SP - Telefax (13) 32021100- **Sub-sede:** Rua Auta Pinder, 218, Centro, São Sebastião - SP - Tel.: (12) 3892 1484 - **Delegacia Sindical:** Av. Rio Branco, 1.155, sala nº 4, Indaiá, Caraguatatuba - SP - Tel.: (12) 3887.1816 - **Coord. Geral:** Cesar Caetano: (13) 99164.8330 - **Diretor Comunicação:** Adaedson Costa - **Edição:** Leandro Olimpio e Silvio Muniz (13) 99137.8145 - **Diagramação:** Carolina Mesquita - E-mail: imprensa@sindipetrosantos.com.br - sindipetrolp.org.br - Impressão: Gráfica Diário do Litoral.